



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO  
**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2023**

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre o Imposto de Renda sobre Pessoa Física.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

IX – a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023:

.....

X - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.112,00	zero	zero
De 2.112,01 até 2.826,65	7,50	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15,00	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,50	651,73
Acima de 4.664,68	27,50	884,96

XI - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2024:

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 3.000,00	zero	zero
De 3.000,00 até 4.015,13	7,50	225,00
De 4.015,13 até 5.328,20	15,00	526,13
De 5.328,20 até 6.625,97	22,50	925,75
Acima de 6.625,97	27,50	1.257,05





**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR CLEITINHO**

XII - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2025:

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 4.000,00	zero	zero
De 4.000,00 até 5.353,50	7,50	300,00
De 5.353,50 até 7.104,26	15,00	701,51
De 7.104,26 até 8.834,62	22,50	1.234,33
Acima de 8.834,62	27,50	1.676,06

XIII - a partir do mês de maio do ano-calendário de 2026:

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 5.000,00	zero	zero
De 5.000,00 até 6.691,88	7,50	375,00
De 6.691,88 até 8.880,33	15,00	876,89
De 8.880,33 até 11.043,28	22,50	1.542,92
Acima de 11.837,12	27,50	2.095,08

“

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei visa ajustar a tabela de Imposto de Renda - IRPF e aumentar o valor do limite de aplicação da alíquota zero em 10,9% para o exercício 2023, nos termos da MP 1.171, de 2023, assim como determinar os ajustes dos próximos anos até o limite atingir R\$5.000 em 2026.

A tabela de imposto de renda sobre pessoa física está defasada há muito tempo. Em 1996 o limite de isenção era R\$ 900,00 que atualizando até maio de 2023 pelo IPCA, índice de inflação utilizado pelo Banco Central





SENADO FEDERAL  
**GABINETE DO SENADOR CLEITINHO**

e pelo governo como referência, daria R\$ 4.821,31. Ou seja, se a tabela fosse ajustada pela inflação acumulada neste período o trabalhador que hoje paga R\$ 456,50 de imposto de renda todos os meses não pagaria imposto de renda.

Atualizando a tabela válida em 2002, cujo limite era R\$ 1.058,00, chegaríamos ao valor de R\$ 3.890,42. Se a base de comparação for a disposta na Lei de 2007 cujo limite de isenção é R\$ 1.313,69 o valor atualizado seria R\$ 3.298,60. Assim nota-se que em todas as bases a tabela está desatualizada.

Importante também ressaltar que na campanha eleitoral de 2022 o presidente eleito prometeu diversas vezes que ampliaria o limite para R\$5.000,00.

Assim para que o governo cumpra a promessa de campanha e mantendo a responsabilidade com as contas públicas propomos que o ajuste para os R\$5.000,00 aconteça em 4 parcelas nos anos de 2023, 2024, 2025 e 2026.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto em Lei.

Sala das Sessões,

**Senador Cleitinho**  
**REPUBLICANOS - MG**

